

Coronavírus: 92% das mães nas favelas dizem que faltará comida após um mês de isolamento, aponta pesquisa

“Muitas pessoas entraram na linha de pobreza da noite para o dia. O casal que trabalhava no shopping na semana retrasada, que recebia por semana, fez a compra da semana passada e nesta semana já não está mais trabalhando. Porque o shopping fechou, o patrão também quebrou. Hoje esse casal está com três filhos em casa, que não estão mais comendo na escola. Você tem o casal em casa, os três filhos e muitas vezes os pais do casal, idosos, que moram com eles.”

[\(BBC News Brasil, 02/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

É a partir da cena descrita acima que o produtor cultural Celso Athayde, fundador e coordenador geral da Central Única das Favelas (CUFA), organização fundada há 20 anos e que reúne 500 comunidades em todo o país, explica a situação de urgência que vivem os 13,5 milhões de brasileiros que moram nas favelas e depararam-se, subitamente, com a chegada do coronavírus ao Brasil.

Na tentativa de levar ajuda a essas comunidades que até agora não foram contempladas com um plano público nacional específico de combate à covid-19, o desafio, diz Athayde, era definir quais deveriam ser as pessoas a receberem socorro e doações prioritariamente nas iniciativas assistenciais da CUFA.

Pesquisa realizada pelo Data Favela e pelo Instituto Locomotiva aponta que as favelas do Brasil têm 5,2 milhões de mães. Destas, 72% afirmam que a alimentação de sua família ficará prejudicada pela ausência de renda, durante o isolamento social. 73% dizem que não têm nenhuma poupança que permita manter os gastos sem trabalhar por um dia que seja. 92% dizem que terão dificuldade para comprar comida após um mês sem renda. Oito a cada

dez dizem que a renda já caiu por causa do coronavírus, e 76% relatam que, com os filhos em casa sem ir para a escola, os gastos em casa já aumentaram.

“Os mais frágeis da sociedade são os moradores de favela. Os mais frágeis entre os favelados são as mulheres. E os mais frágeis entre as mulheres são as mães. Por que? Porque elas cuidam dos filhos, muitas vezes trabalham no emprego informal, costurando, fazendo unha, e ainda cuidam dos velhos. Porque todos os velhos, 90% dos idosos das favelas, são as mulheres que cuidam: sejam noras ou sejam filhas”.

E, diante da pandemia do coronavírus, a sobrecarga das mães da favela é também emocional: como cuidar de tudo isso, subitamente, sem renda. “Ela olha para o idoso, que é o pai ou o idoso, e fala: o que é que eu faço com ele? O que eu faço com as crianças? É desespero”, diz Athayde, a respeito dos dados da pesquisa.

As pesquisas do Data Favela, fundado por Athayde e Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva, são realizadas pelos moradores das comunidades, que são treinados e supervisionados pela equipe do instituto de pesquisa. Para este levantamento, realizado entre os dias 26 e 27 de março de 2020, foram entrevistadas 621 mulheres maiores de 16 anos, com filhos, moradoras de 260 favelas em todos os Estados do país. A margem de erro da pesquisa é de 2,9 pontos percentuais para mais ou para menos.

A divulgação da pesquisa faz parte das ações de lançamento, nesta quinta-feira (2), da campanha “Mãe de Favela”, criada para arrecadar recursos a serem distribuídos para mães das favelas em todo o país. A opção, explica o produtor cultural, é baseada em evidências e estudos, inclusive sobre o programa Bolsa Família, de que o dinheiro da assistência dado à mulher gera muito mais impacto social que o dado ao homem da família.

“A mulher controla melhor o orçamento doméstico, faz melhor uso do dinheiro e é a pessoa que cuida tanto das crianças quanto dos idosos, que são o grupo de risco para o coronavírus”, diz Renato Meirelles, do Instituto Locomotiva. “A certeza do bom uso do dinheiro tem a ver com essa escolha pela mãe de família”.

As beneficiadas receberão, por dois meses, um auxílio de R\$ 120 reais e batizado de “vale-mãe”. “Ela recebe os R\$ 120 no próximo dia 15. Cada favela está indo em busca desse perfil de mãe, definido a partir da pesquisa, para serem as primeiras beneficiadas”, diz.

O dinheiro será recebido pelo celular, a partir de uma parceria com a empresa de pagamentos e transferências PicPay, mediante cadastramento do CPF pelo telefone. O dinheiro do benefício será arrecadado pela CUFA por meio da campanha lançada na terça. A fase piloto começou com 5 mil mães, mas já têm 30 mil mulheres cadastradas. A intenção é, de acordo com a arrecadação, ampliar o valor e estender o período de concessão das bolsas.

A campanha, explica o produtor, já ganhou o apoio de empresas e artistas, como a cantora Iza, Lulu Santos, Zeca Pagodinho, Taís Araújo e Lázaro Ramos, Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank. A partir de amanhã, a ideia é que qualquer um possa ajudar com doações. “Lançamos o site para receber doações pelo PicPay e vamos criar uma vaquinha pelo site. Teremos auditoria da Pro Audit, uma auditoria respeitada, que vai auditar a contagem do site. Além disso, as empresas doadoras também designarão auditores próprios”. “Para que todos tenham a confiança de que o dinheiro tem objetivo claro”.

E o poder público?

Embora as favelas sejam apontadas como as regiões mais vulneráveis ao coronavírus, pela combinação da falta de espaço, escassez de recursos, poupança, estoque de comida e saneamento básico para manter as condições de higiene necessárias para evitar a propagação da doença, elas não foram contempladas em nenhum plano nacional específico de prevenção e combate à covid-19.

Meirelles, do Locomotiva, diz que, embora o início da pandemia tenha se dado na parcela mais rica da sociedade, a concentração demográfica e as limitações sociais das favelas representam, do ponto de vista da saúde pública, um risco também para quem mora no “asfalto”.

“Não é apenas um risco para as favelas, mas também para os moradores de outras regiões da cidade. Tem se feito essa discussão sobre saúde ou

economia, mas você não retoma a economia com uma pilha de corpos”, diz, em referência a falas como as do presidente Jair Bolsonaro, que defendeu a prática do “isolamento vertical”, que abrangeria apenas as pessoas que se encontram no grupo de risco — como idosos e portadores de doenças crônicas —, para que as demais pudessem voltar à normalidade e trabalhar.

“Na prática”, diz Meirelles, “quando se fala dos moradores de favela, estão usando o retrato da desigualdade para dizer que eles têm que voltar a trabalhar. Só que isso não existe. Não me parece digno que a sociedade obrigue que essas pessoas escolham de quem vão abrir mão da sua família para garantir a retomada da economia.”

Por Ligia Guimarães

Mulheres moradoras de favelas sentem-se estigmatizadas pela sociedade, aponta pesquisa

(Agência Patrícia Galvão, 24/04/2015) Estudo realizado pelo Instituto Data Popular com 1069 moradores de favelas revela que a maioria delas se sente estigmatizada pela sociedade. Para 82% das moradoras, ter uma boa aparência é fundamental para ser aceita fora da favela. Ainda assim, mesmo que se sujeitem aos padrões impostos pela sociedade, 58% das entrevistadas consideram que quem vive nas comunidades tem menos oportunidades de progredir na vida do que os que vivem no asfalto.

O dado é reforçado por outro estudo feito pelo Instituto Data Popular com 3050 moradores de 150 cidades mostra que o preconceito continua a ser uma realidade enfrentada pelas comunidades. Segundo a pesquisa, 47% dos brasileiros nunca contratariam um trabalhador que morasse na favela para trabalhar em sua casa.

Somado ao preconceito, as moradoras sofrem também com a precariedade dos serviços públicos. Numa escala de 0 a 10, a nota média dada pelas moradoras para as políticas públicas, como aneamento básico, posto de saúde, transporte público entre outros existentes nas comunidades é 4,94. Os serviços de segurança e saúde foram os que obtiveram as piores avaliações, com 3,27 e 3,59, respectivamente. A melhor foi para o serviço de coleta de lixo, com 6,59.

A segurança pública foi ainda o serviço que mais piorou no último ano, na opinião das moradoras. A maioria das entrevistadas (76%) vive em comunidades que não foram pacificadas pela Polícia, e se dividem sobre a necessidade da intervenção no local: 49% são contra e 43% a favor. Mas quando se trata da violência policial, há quase um consenso entre as mulheres: 75% consideram que a Polícia é mais violenta do que deveria e 65% acreditam que ela se torna ainda mais violenta na favela.

Mulheres são críticas e estão descrentes

A pesquisa atual aponta também que a maioria das moradoras das favelas brasileiras está descrente sobre o cenário atual do Brasil. Elas acreditam no poder do voto, que para 68% é um importante instrumento de transformação, mas na opinião de 7 em cada 10 moradoras, o Brasil está no rumo errado.

As mulheres constituem mais da metade da população das favelas brasileiras - 6,3 milhões - majoritariamente concentradas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa população, 58% tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos, 51% se declara parda e 18% preta. Juntas, elas somam um montante de renda anual de R\$ 24 bilhões e chefiam 40% dos lares. Entre as que contam com trabalho remunerado, 44% têm emprego formal. E em dez anos dobrou a escolarização de nível médio dessas mulheres, saltando de 16% para 30%.

Pesquisa anterior já apontava descontentamento

O descontentamento com os serviços disponíveis já era apontado por [pesquisa anterior do Instituto Data Popular](#), realizada em parceria com o Instituto Patrícia Galvão e o Data Favela, em que foram entrevistadas 1.501 pessoas maiores de 18 anos, em 100 municípios, de 10 a 18/05/2013. Na

época, 55% dos moradores afirmaram não ter acesso a hospital público na comunidade, 50% relataram ausência de posto policial na favela e 32% mencionaram a falta de creches públicas.

Nesse mesmo levantamento, 51% dos moradores de favelas, homens e mulheres, afirmaram conhecer alguma mulher que já sofreu agressão de um atual ou ex-parceiro e 46% conheciam algum homem que já agrediu a parceira.

Mulheres moradoras de favelas movimentam R\$ 24 bi e demandam cidadania

*(Agência Patrícia Galvão, 05/08/2014) Nesta quinta (7), às 18h30, na Livraria da Vila do Shopping JK Iguatemi (SP), Renato Meirelles e Celso Athayde lançam **Um país chamado favela** (Gente Editora, 168 p.). O livro reúne os principais dados da maior pesquisa já realizada sobre a realidade das favelas brasileiras. O Instituto Patrícia Galvão participou do projeto buscando identificar quem são as mulheres que residem nessas comunidades. Os dados mostram a força política e econômica desse segmento da população e suas demandas por cidadania efetiva. No dia 14, o lançamento acontece no Rio de Janeiro, na Livraria da Travessa do Shopping Leblon.*

Hoje o Brasil tem cerca de 6 milhões de mulheres vivendo em favelas, majoritariamente concentradas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em sua maioria elas são negras, casadas e mães, somam um montante de renda anual de R\$ 24 bilhões e chefiam 40% dos lares. Entre as que contam com trabalho remunerado, 44% têm emprego formal. E em dez anos dobrou a escolarização de nível médio dessas mulheres, saltando de 16% para 30%. No entanto, demandas básicas de políticas públicas que poderiam assegurar

maior autonomia e cidadania a essas brasileiras ainda não foram atendidas. Mesmo o mercado parece não enxergar as necessidades e potencialidades desse segmento, realçando o preconceito historicamente sentido pelos que vivem nessas áreas.

Ainda de acordo com o estudo, a melhoria das condições de vida, possibilitada pelo aumento da média salarial em 54,7% desde 2003, leva a que 2 em cada 3 moradoras entrevistadas não desejem sair da comunidade onde vivem para morar em outro bairro. “Morar na favela não foi uma escolha, e sim uma necessidade. Mas embora ainda enfrentem preconceito e as dificuldades não tenham desaparecido, os moradores e moradoras tendem a avaliar o momento atual como marcado por dias melhores”, afirma o diretor do Data Popular Renato Meirelles.

51% conhecem uma mulher que sofreu agressão doméstica

Entre os entrevistados (homens e mulheres), 51% dos moradores de favelas afirmaram conhecer alguma mulher que já sofreu agressão de um atual ou ex-parceiro e 46% conhecem algum homem que já agrediu a parceira. Esses patamares são muito similares aos verificados em outras pesquisas de caráter nacional, não apontando desequilíbrio entre os índices de violência doméstica nas comunidades e fora delas.

Ainda no aspecto da violência, chama a atenção o fato de 20% dos moradores das favelas conhecerem ao menos uma mulher que já foi estuprada. O dado pode refletir o efeito dos laços de solidariedade ressaltados pelas mulheres durante a pesquisa, que favorecem a relação de confiança das vítimas para relatar o ocorrido a amigas e familiares. Entre as entrevistadas, 66% têm parentes morando na mesma localidade.

Hospitais, postos policiais, creches e serviços são principais demandas

Mais de 87% dos entrevistados (homens e mulheres) relataram ter disponíveis serviços como saneamento básico, coleta de lixo, energia elétrica, posto de saúde, escola e transporte públicos na rua ou na favela onde moram. No entanto, 55% afirmaram não ter acesso a hospital público na comunidade,

50% relataram ausência de posto policial na favela e 32% mencionaram a falta de creches públicas.

Os números estão em consonância com a demanda dessas mulheres por autonomia econômica e segurança/proteção contra a violência, e evidenciam também forte demanda por cidadania.

“Tem crescido na sociedade brasileira como um todo o espaço ocupado pela mulher, e o número de mulheres chefes de família é maior nas favelas que no asfalto. Mas, elas ainda encontram um conjunto de dificuldades para conseguir desempenhar todos os papéis que têm. Temos 25% de mães solteiras nas favelas, por exemplo. E que tipo de políticas públicas temos para essas mulheres? Elas reclamam da ausência de creches, do transporte público que faz com que levem muito mais tempo para ir e voltar do trabalho. E, para falar de igualdade de gênero e do papel da mulher na sociedade, é preciso discutir o conjunto de políticas públicas de suporte à promoção dessa igualdade”, destaca Meirelles.

24% têm Bolsa Família e para 53% já faltou dinheiro para compra de alimentos

A pesquisa levantou ainda que 24% são beneficiários do Bolsa Família (recebem ou vivem no mesmo domicílio com alguém que recebe o benefício). Esse dado, associado ao índice de 44% de participação no mercado de trabalho, aponta no sentido oposto do senso comum que reputa ao programa um “incentivo à acomodação”. Entre as entrevistadas, 74% avaliaram que a vida melhorou no último ano e, dentre elas, a maioria absoluta credita essa melhora ao esforço próprio e à fé.

O índice de recebimento do Bolsa Família também demonstra que a vida na favela, apesar da melhoria das condições sociais, ainda é difícil – 53% afirmaram já ter vivido o drama de não ter dinheiro para comprar alimentos.

O mercado não enxerga a favela

A pesquisa foi realizada com a perspectiva de mostrar como as favelas são também espaços de oportunidades. E os resultados revelam o que Renato Meirelles qualifica como “ignorância e desprezo” dos planejadores de

negócios. A maioria dos moradores (homens e mulheres) relatou que só têm acesso à compra de vestuário, calçados e eletroeletrônicos fora da comunidade ou em bairros distantes de suas residências. “Tem muita gente morando nas favelas, pessoas que consomem roupas, serviços bancários e de turismo etc., e que exigem e necessitam do mesmo conforto e praticidade para adquirir que os moradores do asfalto. As empresas que souberem entender essa demanda têm muito mais chance de dar certo. Até porque, se é verdade que as mulheres estão mais no mercado de trabalho, não é verdade que os homens dividiram as tarefas domésticas com elas”, ressalta Renato.

A pesquisa

O levantamento quantitativo domiciliar foi realizado em parceria entre o Instituto Patrícia Galvão, o Data Popular e o Data Favela de 10 a 18/05/2013, em 100 municípios escolhidos através de sorteio amostral. Foram entrevistadas 1.501 pessoas maiores de 18 anos. Os dados receberam ponderação para as variáveis sexo, idade, PEA e região, segundo parâmetros obtidos na PNAD/IBGE para as áreas urbanas. A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou menos.

Sugestão de fonte

Renato Meirelles, diretor do Data Popular e do Data Favela

Ascom: (11) 3218.2222 / 2950.2849 / Ana Paula Soares
(ana@encasocomunicacao.com.br) / Luciana Silva
(luciana@encasocomunicacao.com.br)